



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 089/2017



PARECER JURÍDICO Nº 134/2017

PROJETO DE LEI Nº 056/2017, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, QUE DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DOS CARGOS DE MOTORISTA , VIGIA, MERENDEIRO E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

1) RELATÓRIO

Foi encaminhado o Projeto de Lei nº 056/2017, de autoria do Chefe do Poder Executivo, para fins de exarar o Parecer Prévio da Procuradoria, previsto no §1º, do art. 241 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

O Projeto encontra-se devidamente acompanhado de justificativa.

É o relatório.



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 089/2017



2) FUNDAMENTAÇÃO

O objeto da proposição insere-se no rol da competência legislativa municipal, porquanto trate de assunto de interesse local (art. 8, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Parauapebas).

O Chefe do Poder Executivo tem a competência legislativa privativa para tal projeto, na medida em que ele é competente para iniciar o processo legislativo desta natureza, como dispõe o artigo 53, inciso II, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 53. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

II criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional;

Por sua vez, o art. 12, inciso XIII, da LOM, estabelece ser da competência privativa da Câmara Municipal dispor sobre a criação, alteração, e extinção de cargos, funções e empregos públicos:

Art. 12. Cabe à Câmara, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no artigo subsequente, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

XIII criar, alterar, e extinguir cargos, funções e empregos públicos e fixar a remuneração da administração direta, autárquica e fundacional;

O projeto de lei nº056/2017, visa extinguir, na medida em que se tornarem vagos, os cargos públicos de Motorista, Vigia, Merendeiro e Auxiliar de Serviços Gerais. É o que preleciona o art. 1º, da proposição.



PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 089/2017



Verifica-se não haver vício formal de iniciativa, e, quanto ao mérito do presente Projeto, cabe exclusivamente ao Prefeito a gestão administrativa e gerencial da Municipalidade. Constata-se ainda que o processo legislativo se perfectibiliza com a aprovação ou não da proposição em comento pelo Poder Legislativo, como bem elencado no inciso XIII, do art. 12, da Lei Orgânica de Parauapebas. Sendo assim, constata-se que não há no projeto de lei em comento quaisquer iniquidades que o maculem. Na medida em que se respeitou-se o ordenamento jurídico pátrio.

3 – CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto esta Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo dado que atendidos os aspectos da legalidade e constitucionalidade, entende, conclui e opina pela **COSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 056/2017.

À Comissão de Justiça e Redação para as providências que entender pertinentes.

É o parecer, s.m.j.

Parauapebas, 17 de outubro de 2017.

Cícero Barros

Procurador

Mat. 0562323

PODER LEGISLATIVO
Câmara Municipal dos Ver de Parauapebas
Jeanny Luce da Silva Freitas Frateschi
Procuradora Geral Legislativo
Portaria nº 024/2017